


ID: 58	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: Última	
Data: 17.06.2021		País: Portugal	Cores	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		

## RECOMENDAÇÃO JÁ FOI PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

# Parlamento oficializa defesa da ESGIN

**Foi publicada** na Série I do Diário da República de 14 de junho, a resolução parlamentar, aprovada em 29 de abril, que defende a manutenção da autonomia da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN), tal como aquele município raiano, mas não só, têm vindo a defender.

Recorde-se que no âmbito da reestruturação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), as atuais seis unidades orgânicas são reduzidas a quatro, sendo que uma das sacrificadas é a ESGIN que, no modelo desenhado e aprovado em Conselho Geral, segundo os diversos defensores desta causa, "ficará mais vulnerável e condenada a encerrar definitivamente, tal como será um duro golpe no desenvolvimento do próprio concelho de Idanha-a-Nova".

Esta Resolução da Assembleia da República, agora com força legal, à luz da Constituição da República Portuguesa, recomenda ao Governo que articule com o IPCB soluções para a defesa do Instituto e da sua unidade orgânica de Idanha-a-Nova e que, no âmbito do seu plano de reorganização, encontre "uma solução que garanta a autonomia administrativa, pedagógica e científica, o projeto educativo e a sede de uma unidade orgânica em Idanha-a-Nova; a manutenção da oferta formativa atualmente existente em Castelo Branco e em Idanha-a-Nova; e a existência, em cada um destes concelhos, de estruturas para apoio técnico e administrativo ao Instituto Politécnico de Castelo Branco, e unidades orgânicas af localizadas, incluindo os

órgãos de gestão".

O Parlamento recomenda ainda ao Governo que "adote as medidas necessárias para, através do financiamento adequado, assegurar o equilíbrio financeiro e estrutural do Instituto Politécnico de Castelo Branco".

O Movimento pela Autonomia da ESGIN reagiu a esta publicação, congratulando-se com a recomendação da Assembleia da República ao Governo, mas também com o anúncio feito pelo secretário geral adjunto do PS, José Luís Carneiro, em Idanha-a-Nova.

"Não estamos contra a reestruturação organizacional do IPCB, mas não existem razões pedagógicas, administrativas, científicas e financeiras para que Idanha-a-Nova deixe de ter uma escola superior com autonomia e sede. Não

existem sequer garantias quanto aos benefícios e resultados da reestruturação, aprovada pelo Conselho Geral a 8 de julho de 2020. Lamentavelmente, o IPCB não conseguiu preconizar uma solução que fosse ao encontro dos interesses dos dois territórios: Idanha-a-Nova e Castelo Branco", afirma o Movimento em comunicado, reiterando que "o ensino superior em Idanha-a-Nova, tal como o conhecemos hoje, resultou da sinergia entre Governo, partidos políticos, instituições do ensino superior e autarquia". Com isto, recordam, "prevaleceu o interesse público", além do contributo "para atenuar as assimetrias regionais", concluindo que o concelho e os idanhenses "são agentes importantes no desenvolvimento do IPCB".